

Da Avaliação Precursora ao Complemento da Avaliação: PAIUB e SINAES construindo “pontes”

Ivo BOTH*

Recebido: 10/06/05

Aprovado: 14/10/05

* doutor pela Universidade do Minho, Portugal; professor aposentada UEPG; pró-diretor de Pós-Graduação e Pesquisa do IBPEX FACINTER, Curitiba. ivo@ibpex.com.br

Resumo: A intenção no artigo é detectar até que ponto o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB - e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - se diferenciam e se complementam principalmente em termos de princípios e dimensões. Observa-se que a disparidade maior entre as duas iniciativas localiza-se principalmente ao nível de abrangência. Enquanto o PAIUB estabeleceu programa de avaliação, o SINAES elegeu sistema de avaliação da educação superior. Isto significa que a escolha do elenco de componentes a integrar a avaliação também difere de um para outro, principalmente em termos sociais e políticos. É neste aspecto que SINAES sinaliza com ênfase para o fator de responsabilidade social que deve integrar e motivar o processo de avaliação da educação superior.

Palavras-chave: programa e sistema de avaliação; princípios e dimensões de avaliação; gestão da educação; responsabilidade social da educação superior.

From PAIUB to SINAES: Building Bridges

Abstract: The intention of this article is to detect extent to which the Program of Institutional Evaluation of the Brazilian Universities – PAIUB, and the National Higher Education Evaluation System of – SINAES, differ complement each other especially in terms of principles and dimensions. It is observed that the greater disparity between the two initiatives has to do with what they encompass. While PAIUB was an evaluation program, SINAES chose to be a system of evaluation of higher education. This means that the choice of components that integrate the evaluation also differs from one to the other, mainly in social and political terms. It is in this respect that SINAES signals with emphasis toward the social responsibility that should integrate and motivate the higher education evaluation process.

Key-words: Program and system of evaluation; Principles and dimensions of evaluation; administration of education; social responsibility of higher education.

Apresentação

O presente artigo não tem nenhuma pretensão de realizar um ensaio comparativo entre as propostas do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, mas apontar filosofia orientadora, objetivos e princípios comuns que visam à avaliação da educação brasileira.

Esta linha de pensamento tem razão de ser, na medida em que vêm sendo construídas formalmente filosofia e cultura próprias de avaliação no seio da educação superior desde a década passada.

Além do mais, para o bem da educação, o SINAES não objetiva fazer “terra arrasada” com relação às experiências que já vinham demonstrando bons resultados com o PAIUB, mas dar ao programa de avaliação institucional conotação de sistema, com indicadores ainda mais universais e representativos.

Também merece ser mencionado que os principais mentores da filosofia, dos objetivos e dos princípios tanto do PAIUB quanto do SINAES foram, na sua maioria, os mesmos recursos humanos, que não tiveram a pretensão de relegar a proposta do primeiro ao passado e guindar a segunda ao presente, simplesmente, mas de incentivar o aproveitamento dos valores positivos com que cada uma pode colaborar na construção de um maior número possível de “pontes” que transponham os obstáculos da avaliação da educação.

Sabe-se não constituir a avaliação institucional ação isolada de uma comissão institucionalizada no seio de uma Instituição de Ensino Superior - IES, simplesmente, mas visa ela a conclamar a comunidade universitária, representantes da sociedade e ex-alunos para uma permanente reflexão, autocrítica e participação no desenvolvimento universitário e social; encarar a avaliação como uma questão otimista e necessária, tendo em vista a dignificação das funções docente, técnica e administrativa; despertar nos professores e alunos uma conscientização dos fatores determinantes para a boa qualidade e o sucesso do ensino, da pesquisa e da extensão; incentivar a comunidade universitária para uma permanente reflexão e autocrítica em sua participação a nível de Instituição.

A filosofia que orienta o processo de avaliação institucional, principalmente quando este é entendido como processo de apoio institucional e de identificação de possíveis políticas universitárias. Dessa forma, grande parte das IES já vem experienciando formalmente desde a década passada seu processo de avaliação ainda não como um instrumento formalmente acabado, mas como iniciativa que paulatinamente lhe poderá servir de agente tanto de identificação quanto de promoção de qualidade. E a avaliação institucional certamente vai se firmar paulatinamente como processo inteiramente irreversível, principalmente na medida em que for se tornando credível, aceito e necessário.

O permanente esforço pela identificação do nível de qualidade de uma IES constitui elemento indispensável para a busca de uma igualmente qualidade necessária. Torna-se relevante mencionar que a avaliação institucional está sendo encarada a nível internacional efetivamente como um processo que constitui excelente agente de identificação e de apoio à qualidade institucional. Como tal, não convém encará-lo como uma nuvem passageira ou como instrumento de escoramento político ou mesmo como mais um modismo.

A avaliação institucional cabe ser visualizada como afirmação duradoura em busca de qualidade compatível entre a filosofia institucional e a realidade social que se apresenta. Para que tal possa ocorrer com maior clarividência é que a avaliação institucional propõe-se seja percebida e conduzida como sistema no seio da educação superior.

Existem algumas condições que ajudam a dar consistência à avaliação como sistema, devendo, para isso, fazer-se: útil, beneficiando a todos os envolvidos; viável, principalmente em termos de possibilidade e viabilidade de execução; exata, tendo em vista a necessidade de sua condução correta e dos instrumentos adequados para a obtenção de informações confiáveis. Percebida desta forma, a ação avaliativa possui grandes possibilidades de se constituir uma questão ética e de responsabilidade social, bem como iniciativa transparente e justa.

E a avaliação como sistema visa à boa qualidade como questão, inclusive, de sobrevivência institucional. No entanto, a boa qualidade não ocorre quando se é razoável, apenas, mas quando se dá tudo de si, sempre. A qualidade não pode ser gratuita, mas certamente custa muito menos que a não-qualidade. A não-qualidade pode, até mesmo, ser encarada como perda de tempo, de recursos, de esperança e de paciência. A qualidade como adequação ao uso, deve, por certo, ser plena, permanente e progressiva.

A iniciativa avaliativa institucional não se constitui agente premiativo, nem punitivo, mas também não neutro. A reação diante dos resultados de uma avaliação é de responsabilidade pessoal e coletiva, tendo em vista a permanente melhoria dos recursos humanos e de todos aqueles que se relacionam direta e indiretamente com a IES.

PAIUB e SINAES: similitude orientadora na diversidade filosófica

Para o PAIUB, criado em 1993, como aspiração das IES brasileiras, a avaliação institucional, além das peculiaridades filosóficas próprias, procurava igualmente assimilar a filosofia, os princípios e os objetivos dos diversos instrumentos de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação - MEC para medir a qualidade e a eficiência dos cursos de ensino superior oferecidos no país.

Além do próprio PAIUB, ainda eram levados em conta os resultados do Exame Nacional de Cursos - ENC (Provão), dos indicadores de desempenho global, produzidos pelo Censo do Ensino Superior, do trabalho das Comissões de Especialistas, para avaliação da oferta de cursos e de outros instrumentos avaliativos que viessem a contribuir com o sistema nacional de avaliação de desempenho dos cursos e de IES como um todo.

A filosofia do PAIUB que norteou a ação avaliativa da educação superior baseou-se em 07 (sete) princípios, a saber:

- *globalidade*: expressa a noção do que é necessário ser avaliado, a partir dos elementos que compõem a Instituição; com ampla participação de toda a comunidade acadêmica vinculada a cada instituição, referenciados também por uma avaliação externa;
- *comparabilidade*: expressa a busca de um linguajar técnico-científico de comum entendimento na Universidade e possibilidade de comparação entre o nível de desempenho dos diferentes campos de intervenção interna e externa da Instituição;
- *respeito à identidade institucional*: expressa a consideração das características próprias da Instituição, possibilitando-lhe a reflexão honesta sobre o que é e sobre o que pretende ser, levando ainda em conta perfis, missões, condições, necessidades, aspirações;
- *não premiação ou punição*: não constitui o programa de avaliação questão vinculada a mecanismos de punição e/ou premiação, mas também não representa neutralidade, devendo servir, acima de tudo, como instrumento de apoio às pessoas avaliadas;
- *adesão voluntária*: ainda que o programa de avaliação constitua participação voluntária das pessoas, torna-se indispensável o incentivo à sua adesão em termos de Instituição, de órgãos e de pessoas tanto a nível individual como coletivamente;
- *legitimidade*: expressa a sua metodologia de implementação de indicadores capazes de fornecer informações fidedignas à Instituição, aos órgãos e às pessoas envolvidas;
- *continuidade*: expressa a possibilidade de comparabilidade dos dados de uma etapa de implementação do programa com os de outra, contribuindo simultaneamente com a identificação do nível de confiabilidade dos instrumentos utilizados ou a serem empregados e o grau de eficácia das medidas adotadas ou a serem levadas a efeito a partir dos resultados obtidos.

E para a consecução das avaliações eram observadas as seguintes etapas:

- *avaliação interna*: realizada pela instituição, com a participação de todas as instâncias e segmentos da comunidade universitária, considerando as diferentes dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- *avaliação externa*: realizada por comissão externa, a convite da Instituição, a partir da análise dos resultados da avaliação interna e de visitas à Instituição, resultando na elaboração de um parecer; por avaliação externa igualmente serão considerados os resultados provenientes dos componentes “avaliação do desempenho da Instituição por representantes da sociedade (setores primário, se-

cundário, terciário, serviços e educação)” e “avaliação do desempenho da Instituição por ex-alunos”;

· *reavaliação*: consolidação dos resultados da avaliação interna (auto-avaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica resultando na elaboração de um relatório final e de sugestões para melhoria do plano de desenvolvimento institucional (PDI).

A avaliação interna e externa estava articulada como parte de um mesmo processo, portanto, orientada pelos mesmos princípios e propósitos, ressalvada a prerrogativa da crítica e a liberdade de julgamento dos avaliadores externos.

A avaliação externa era executada por uma Comissão integrada por especialistas em avaliação ou por pessoas de reconhecida experiência em educação superior e, ainda, por pessoas com elevado reconhecimento em suas respectivas áreas de atuação. Essa Comissão participava da ação avaliativa a convite da Instituição interessada.

Para executar o seu trabalho, a Comissão Externa tinha como ponto de partida, na visita *in loco*, o relatório da avaliação interna, podendo-lhe agregar outros elementos que julgasse necessários, para, a partir daí, elaborar um parecer sobre o desempenho da Instituição e o programa de avaliação institucional, em si, apontando-lhes pontos falhos, bem como sugerindo-lhes melhorias.

Uma vez analisados os resultados das avaliações, eram debatidos com a comunidade acadêmica, para que se estabelecesse uma reflexão sobre o desempenho da respectiva Instituição, para a elaboração de novas metas e propostas, quando necessário.

A Comissão Interna, responsável pelo desencadeamento da avaliação, elaborava ao final de cada processo avaliativo relatório final, indicando os aspectos positivos, as deficiências acadêmicas ou institucionais identificadas e propunha medidas de superação.

Igualmente no âmbito filosófico da avaliação institucional,

uma avaliação, tanto como forma de prestação de contas à sociedade quanto como parte componente do planejamento estratégico direcionador de mudanças, é um processo institucional de reflexão. Espera-se que, considerando um conjunto de informações e opiniões coletadas, a comunidade possa analisá-las e dimensioná-las para planejar uma melhor adequação das atividades acadêmicas, administrativas e sociais” (KOGUMELO INFORMÁTICA, 1997).

E ainda, conforme Kogumelo (*ibid.*),

neste processo devem ser considerados aspectos de eficiência de uma instituição, medindo valores independentes, sem vinculações e implicações contextuais, e de sua eficácia, verificando a relevância de cada ação nas suas repercussões e

impactos. Ambas as dimensões, eficiência e eficácia, ou ainda, mérito e relevância, merecem igual atenção, de acordo com suas características próprias.

Em um processo de auto-avaliação, a comunidade tem a oportunidade de projetar a qualidade e o perfil desejado do ensino, criando mecanismos para medir continuamente indicadores pré-definidos, de forma a realimentar este processo.

Com o desenvolvimento de programa de avaliação institucional, podia-se garantir benefícios a todos os níveis de competência que atuavam no ensino universitário, ou seja (ibidem):

- para os Alunos, é a criação de um canal formal de participação na melhoria da qualidade do ensino;
- para os Professores, representa a possibilidade de auto-aperfeiçoamento a partir da análise de seus resultados individuais;
- para os Diretores, materializa as opiniões informais a respeito do ensino, cria elementos que possibilitam a revisão dos currículos e fornece dados para promover a ascensão profissional dos docentes e fornece subsídios confiáveis para uma saudável comparação entre Cursos, apontando prioridades para a tomada de decisões;
- para toda a Comunidade Acadêmica, define um padrão de qualidade a ser perseguido, representado pelos indicadores e perguntas constantes dos formulários, e permite medir o progresso das ações resultantes de cada avaliação.

SINAES

O universo de atuação do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior não surgiu como frente de colisão ao PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. E, sim, como complemento aperfeiçoador da proposta avaliativa até então existente, de forma mais universal e pontual ao mesmo tempo, por isso mesmo denominado de sistema.

Segundo SINAES (2004, p. 9), “*a avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo.*”

A conotação *sistema* se revela também na expressão avaliação da *educação superior* enfatizada em SINAES. Educação superior ainda traduz universalidade e abrangência múltipla de elementos que compreendem o SINAES, ou seja:

no processo de avaliação das instituições, além dos resultados dos outros componentes do SINAES – ACG e Enade -, serão consideradas informações adicionais oriundas do Censo da Educação Superior, dos relatórios e conceitos da Capes, para os cursos de pós-graduação, dos documentos de credenciamento e recredenciamento da IES e outros considerados pertinentes pela Conaes (ibid, 2004).

E como princípios fundamentais do SINAES (ibidem, 2004), estão eleitos os seguintes indicadores:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

Outros dois componentes que integram o SINAES, e que já vinham sendo variáveis adotadas pelo PAIUB, são a avaliação interna ou a auto-avaliação e a avaliação externa. São dois componentes de grandeza superior, de vez que a auto-avaliação preza a necessidade do “olhar” introspectivo, para dentro de si mesma, pela sua comunidade acadêmica – corpos docente, discente e técnico-administrativo-, tendo em vista o nível e a oportunidade de seu desempenho.

A avaliação externa, por sua vez, revela o necessário “olhar” de fora da instituição, que, por vezes, visualiza nuances desta mesma instituição “não percebidos” pela comunidade interna, em parte por culpa da acomodação a uma realidade repetitiva de desempenho que ocorre no seio do universo da instituição desde longa data, que, por consenso, constitui verdade que teima em se firmar como imutável.

Both (1997) almejava a perenização tanto das ações da auto-avaliação como da de consultores externos (avaliação externa), argumentando:

tendo em vista a necessária perenização de um processo de auto-avaliação e por consultores externos, é clara intenção de indicação de Comissão Permanente - com substituição periódica de parte de seus membros- e de elaboração de regulamento próprio.

Um outro aspecto nada menos importante que os citados anteriormente, utilizados em paralelo pelo PAIUB e SINAES, é a expressão *processo*. Tal expressão significava e continua significando, no contexto da avaliação da educação superior -ainda bem que assim seja-, ponto de equilíbrio e ponte de ligação entre os princípios e os componentes que integram o processo avaliativo.

A avaliação institucional certamente vai se firmar paulatinamente como processo inteiramente irreversível, principalmente na medida em que for se tornando credível, aceito e necessário.

Both (ibid) argumentava que a “... *avaliação institucional certamente deve constituir um processo permanente, pois avaliar é preciso, sempre. Ainda mais quando tal processo é visualizado como identificação e promoção de qualidade.*”

O autor (ibidem) continua argumentando que

toda iniciativa de avaliação institucional necessita ser encarada como processo a ter sobrevida apesar da SESu/MEC, pois o apoio por parte desse órgão provavelmente não se eternizará. Hoje, possivelmente, seja o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB a iniciativa do MEC que melhores resultados está demonstrando, a baixo custo.

Dimensão é outra expressão que integra PAIUB e SINAES. Com relação a ela, PAIUB aborda que a avaliação institucional abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão das IES, constituindo “*processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e de prestação de contas à sociedade.*” (2004)

Percebe-se que os principais indicadores –princípios e dimensões- que norteiam a avaliação da educação superior não deixam transparecer hiatos contundentes entre os propósitos avaliativos engendrados pelo PAIUB e pelo SINAES. Aguarda-se que o maior diferencial a ser estabelecido ao longo da história da avaliação formal da educação brasileira entre o então programa e o atual sistema de avaliação da educação superior se estabeleça, pelo menos, ao nível da perseverança na consecução desses indicadores por parte das IES.

Um grande contingente de IES aderiu inicialmente aos princípios do PAIUB, no entanto, a perseverança neles por uma boa parte delas não se confirmou dentro do otimismo aguardado.

Avaliação não Premiativa, nem Punitiva e sem Neutralidade

A fase crítica no mundo da avaliação institucional encontra-se praticamente superada a nível internacional, principalmente quando encarada a avaliação como processo de apoio e de dignificação das funções e da prática dos recursos humanos, com vistas a uma qualidade de vida sempre melhor.

Para Both (1997),

o processo de avaliação institucional não constitui agente privilegiado de premiação ou de punição. Recursos humanos de boa qualidade são um dever e não um direito, apenas. A formação de ranking de recursos humanos -uma outra forma de punição- igualmente não se coaduna com o espírito de uma avaliação institucional como processo. A não neutralidade de um processo avaliativo pressupõe, por excelência, responsabilidade individual por parte dos recursos hu-

manos ante os resultados revelados, para, em última instância, serem tomadas providências de redimensionamento por parte das autoridades competentes, quando tal for julgado necessário.

As principais desconfianças e/ou resistências que se formam em torno de um processo de avaliação institucional caracterizam-se, por certo, principalmente em função da pouca clareza que a comunidade universitária possui de sua filosofia e objetivos. No entanto, avaliar é preciso, ainda mais quando se sabe que a Universidade necessita de reformas urgentes e conseqüentes, continuamente.

No processo avaliativo de uma Instituição de Ensino Superior não constituem a premiação e a punição garantia por si só de mudança. Cabe esta primeiramente à responsabilidade profissional de cada recurso humano, e somente após, não ocorrendo o devido redimensionamento por parte deste, daí, sim, poderão ser tomadas providências devidas pelas respectivas autoridades competentes. Entende-se que a ação educativa transcorre acima de tudo a partir de uma mentalidade individual e coletiva de comprometimento institucional e social.

Passado Presente na Consolidação de Programas de Avaliação Institucional

Além dos bons resultados práticos que se fizeram presentes desde 1993 em muitas das iniciativas, quando a avaliação da educação superior iniciou formalmente suas atividades em nível nacional, talvez tenha sido a sensibilização o fator mais decisivo para que em muitas instituições a avaliação prosperasse.

Por isso, com as experiências adquiridas na avaliação da educação superior ao longo desse tempo, o SINAES, daqui em diante, possivelmente tenha caminho aberto para a consolidação do processo avaliativo institucional.

Historicamente, a Avaliação Institucional é um processo que vem se firmando, de experiência em experiência, como agente irreversível de identificação e de promoção de qualidade mundial nas Instituições de Ensino Superior - IES.

Segundo BOTH (1995, p. 253),

há países em que a Avaliação Institucional se encontra plenamente implantada, como instrumento definitivo para o apontamento de políticas e diretrizes para a Instituição. Em outros países ela ainda vem sendo implantada, passando da idéia para a sua aceitação como processo, assim como em outros encontra-se em estágio embrionário.

O autor (ibid, p. 253-254) ainda pondera que o mundo pode ser dividido, segundo a ordem do grau de afirmação do processo de avaliação institucional das Universidades, em três blocos.

Tanto em seu conjunto, como na individualidade dos blocos, não existe uma política homogênea quanto à concepção filosófica e ao grau de autonomia na implementação do processo avaliativo e ao nível de relação entre órgão financiador e a Instituição de Ensino Superior – IES, quando se trata de resultados avaliativos obtidos.

Há países em que a avaliação é encarada sob a corrente filosófica inglesa, onde seu financiador regula o direcionamento de sua implementação, com investimento diretamente dependente do nível dos resultados de avaliação obtidos.

Um segundo conjunto de países opta pela corrente filosófica francesa, onde o apoio à Instituição não é condicionado a resultados obtidos em sua avaliação.

Um terceiro conjunto de países alinha-se à corrente filosófica holandesa, possivelmente a mais democrática na idealização, implantação e de implementação do processo de avaliação institucional. Nesse conjunto de países enquadra-se principalmente o bloco europeu e o americano, onde órgãos financiadores pouca exigência estabelecem entre o nível de apoio institucional e o nível de resultados obtidos da avaliação.

O Brasil segue a corrente filosófica holandesa de avaliação institucional, eleita como forma preferencial pela maioria das IES européias e americanas, concebendo a avaliação como processo não premiativo, nem punitivo, mas também não neutro (ibid, p. 259-260).

No entanto, com as iniciativas por parte do PAIUB e do SINAES, o Brasil vem somando filosofia avaliativa própria, em que, devido à sua realidade sócio-econômica peculiar, a questão da responsabilidade social vem merecendo especial atenção.

Na primeira fase de implantação do PAIUB, o processo de avaliação das instituições tinha apoio financeiro por parte da Secretaria de Ensino Superior - SESu, do Ministério da Educação e do Desporto - MEC. No entanto, tal iniciativa foi sendo extinta, na medida em que os programas iam se firmando nas respectivas IES e sendo assumido o seu ônus por elas.

Experiência Passada a Sensibilizar o Presente

Sem pretensão de se guindar a protótipo, o presente texto é um relato da primeira experiência formal de Avaliação Institucional na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR (UEPG), no ano de 1994, desencadeada a partir da iniciativa interna de docentes e da administração desta Instituição, com base nos princípios estabelecidos pelo PAIUB.

A experiência teve início no ano de 1992, a partir da constituição de uma Comissão de Avaliação Institucional. A comissão teve como principal tarefa elaborar e conduzir um processo sistematizado, permanente e continuado de avaliação ampla e

global das atividades universitárias, cujo eixo principal seria a avaliação do ensino por alunos e professores.

A primeira coleta de dados relativos à avaliação do ensino realizou-se no final de 1994, a sua sistematização ocorreu no ano de 1995. Nos anos de 1996 e 1997 realizou-se a análise e discussão dos dados colhidos, tendo sido possível chegar a algumas conclusões aqui apresentadas.

Como experiência-piloto, o trabalho relativo ao ano de 1994 abrangeu apenas uma amostragem, em torno de 20% do universo de professores e alunos da UEPG. Apesar disso, constituiu-se em etapa significativa no processo avaliativo, pois foi nessa ocasião que se definiu a metodologia, elaborou-se os instrumentos de coleta dos dados e estabeleceu-se os critérios de tratamento estatístico dos dados levantados. Tais elementos foram de vital importância para a continuidade dos trabalhos, pois serviram de parâmetro às ações avaliativas posteriores.

O SINAES sinaliza com decisões que dêem maior qualidade, oportunidade e consequência aos argumentos e resultados exarados do sistema nacional de avaliação da educação superior.

Essa primeira experiência avaliativa com a participação de professores e alunos -por isso mesmo ainda somente ao nível da identificação da qualidade do ensino ofertado-, propiciou elencar alguns dos principais agentes de promoção e de entrave no desenvolvimento do ensino, o que se constituiu em resultado alvissareiro. Tais resultados se constituíram para alguns dos colegiados de curso elementos importantes para o redimensionamento de alguns aspectos pontuais no seio curricular.

A análise apresentada foi construída a partir de quatro variáveis consideradas relevantes para detectar a qualidade do trabalho pedagógico. São elas: desempenho do professor, desempenho do aluno, infra-estrutura existente na UEPG e organização interna dos cursos.

Tais variáveis foram viabilizadas mediante o cumprimento de ações de auto e mútua avaliação por professores e alunos.

A metodologia utilizada na primeira amostragem permitiu traçar um perfil geral do ensino na UEPG, bem como especificar as características de cada setor de conhecimento em relação aos indicadores selecionados.

Apesar das naturais dificuldades detectadas no decorrer da aplicação deste ainda singular processo avaliativo, foi possível perceber que a avaliação, nascida e desenvolvida no interior da Instituição, revestia-se da maior importância, permitindo traçar um perfil bastante fiel das carências e dos aspectos positivos do ensino universitário.

Neste sentido, a avaliação interna pode até mesmo superar, qualitativamente, experiências de avaliação externa como o Exame Nacional de Cursos que, apesar de

sua relevância, somente conseguia captar, imperfeitamente, o domínio de alguns conteúdos dos cursos pelos formandos da Instituição, sem levar em conta outros dados relevantes como condições das bibliotecas, laboratórios, equipamentos, interação entre professores e alunos e as relações efetivamente existentes entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras Finais

O artigo procura argumentar não serem muito grandes as diferenças de orientação quanto à avaliação institucional e a avaliação da educação superior por parte do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Possivelmente a disparidade maior entre PAIUB e SINAES se localize na visão de abrangência de envolvimento da avaliação. Enquanto o PAIUB se reporta a programa de avaliação, SINAES se refere a sistema.

Na verdade, trata-se de ação intercomplementar, onde SINAES procura suprir em quantidade e qualidade de componentes e em metodologia de ação ao que vinha sendo implementado pelo PAIUB, em termos de avaliação.

Se de um lado o PAIUB realizou um bom trabalho como precursor formal em avaliação da educação, SINAES sinaliza com decisões que dão maior qualidade, oportunidade e consequência aos argumentos e resultados exarados do sistema nacional de avaliação da educação superior.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, Antonio. *Avaliação institucional na Universidade*. São Paulo: Cortez, 1992.
- BOTH, Ivo José. A questão da avaliação institucional. *Caderno 1*. Ponta Grossa: UEPG, jul. 1992, 27 p.
- BOTH, Ivo José. Processo de Avaliação Institucional: agente de política universitária. *Ensaio*. Rio de Janeiro, v.3, n 8, p.253-262, jul. /set. 1995.
- BOTH, I. J. Programa de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa, 1997 (impresso).
- BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior Programa de avaliação institucional da universidade brasileiras, Brasília: 1994, 111p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa de Avaliação Institucional-PAIUB. Brasília: Maio, 2005. Disponível em <www.mec.gov.br/Sesu/paiub.shtm>. Acesso em: 29 mai. 2005.

DIAS SOBRINHO, José. A avaliação institucional na UNICAMP: considerações teóricas e processo. Campinas, 1994. (mimeo).

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processo de socialização e processo pedagógico. Campinas: s.d., 21 p. (mimeo).

FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: UNICAMP. 1986.

MEYER, Victor Jr. A busca de qualidade nas instituições universitárias. *Enfoque*. Ano IV, n 10, p.1-38, jul. 1993.

MEZOMO, João Catarin. Avaliação universitária. *Universidade: a busca da qualidade*. v.1 n. 4, p. 196-198, jul./ago. 1994.

RODRIGUES, Cleide A. F. Avaliação institucional: a universidade autodespertada. Ponta Grossa, 1995. (mimeo).

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: uma abordagem crítico - transformadora. *Tecnologia Educacional*. V. 21, n. 104, jan./fev. 1992. P. 24 - 31.